

Crediare S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimento

**Demonstrações Financeiras em
30 de Junho de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações do Resultado Abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao Semestre findo em 30 de junho de 2023, da Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre findo em 30/06/2023, a Crediare, registrou prejuízo líquido de R\$ (3,156) milhões, correspondendo a R\$ (0,57) por lote de mil ações. O patrimônio líquido alcançou o montante de R\$ 90 milhões e os Ativos totalizaram R\$ 953 milhões.

A Instituição mantém em sua carteira de ativos uma cota subordinada de uma debenture financeira, que em virtude dos fluxos de caixas futuros, está classificada como mantida até o vencimento.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente. No semestre findo em 30 de junho de 2023, não foram pagos dividendos complementares aos acionistas. Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023, referente aos lucros acumulados de 2022, ficam a disposição apenas os dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos até o final do corrente exercício.

Agradecemos aos nossos clientes, o apoio e confiança depositada, e aos nossos funcionários e colaboradores, a dedicação ao trabalho.

Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Acionistas e Conselho de Administração da

Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Farroupilha- RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

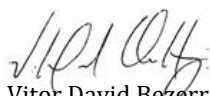
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 29 de agosto de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Vitor David Bezerra Colavitti

Contador CRC 1SP-329743/O-6

Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balanços patrimoniais findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	4	2.936	6.009
Instrumentos Financeiros		880.006	916.345
Aplicações Interfinanceiras de Líquides	4	6.900	3.001
Títulos e Valores Mobiliários	5	75.000	75.000
Operações de Crédito e Com Característica	6	882.392	926.543
Operações de Crédito		562.787	596.547
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		284.402	292.591
Outros Créditos - Com Característica de Crédito		35.203	37.405
Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.e	(84.286)	(88.199)
Operações de Crédito		(83.876)	(87.789)
Outros Créditos - Com Característica de Crédito		(410)	(410)
Ativos Fiscais Diferidos	7	45.835	43.302
Outros Créditos	8	19.866	21.321
Imobilizado de Uso	9	4.575	4.129
Intangível	9	8.436	8.309
Depreciações e Amortizações	9	(8.884)	(8.477)
TOTAL DO ATIVO		952.770	990.938
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivos Financeiros		839.954	871.303
Depósitos		547.347	551.293
Depósitos Interfinanceiros	10	51.764	104.168
Depósitos a Prazo	10	495.583	447.125
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		1.349	2.858
Letras de Câmbio	10	1.349	2.858
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	13	256.734	280.347
Outros Passivos Financeiros	11	34.524	36.805
Provisões	12	10.317	10.139
Obrigações Fiscais Correntes		1.125	1.277
Outros Passivos	14	11.407	15.096
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	89.967	93.123
Capital Social		73.772	73.772
Reservas de Lucros		19.351	19.351
Lucros (Prejuízos) Acumulados		(3.156)	-
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		952.770	990.938

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido)

	Nota	2023	2022
Receitas da intermediação financeira		150.670	134.561
Operações de Crédito	17	149.572	132.045
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.098	2.516
Despesas da intermediação financeira		(56.063)	(45.940)
Operações de Captação no Mercado	19	(56.063)	(45.940)
Resultado de Intermediação Financeira		94.607	88.621
Provisão p/Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.e	(55.047)	(43.654)
Outras Receitas Operacionais		12.063	21.466
Receitas de Prestação de serviços	18	10.512	19.291
Outras Receitas Operacionais	21	1.551	2.175
Outras Despesas Operacionais		(57.312)	(60.301)
Despesas de Pessoal		(3.766)	(4.425)
Despesas Administrativas	20	(43.484)	(46.724)
Despesas Tributárias		(5.461)	(5.948)
Outras Despesas Operacionais	22	(4.600)	(3.203)
Resultado Operacional		(5.688)	6.133
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		(5.688)	6.133
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	2.532	(2.532)
Corrente		(1)	(14.247)
Diferido		2.533	11.716
(Prejuízo) /Lucro líquido do Período		(3.156)	3.602
(Prejuízo) /Lucro por Ação			
(Prejuízo) /Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais - R\$)			
Ações Preferenciais		(0,57)	0,65

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações Financeiras.

Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(Prejuízo) /Lucro Líquido	<u>(3.156)</u>	<u>3.602</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do semestre	<u><u>(3.156)</u></u>	<u><u>3.602</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações Financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Outras		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	73.772	14.755	3.147	17.833	-	109.507
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.602	3.602
Dividendos aprovados em AGO de 29 de abril de 2022	-	-	(3.147)	(17.833)	-	(20.980)
Destinações						-
Reserva estatutária	-	-	405	-	(405)	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	(901)	(901)
Reserva de lucros	-	-	-	2.296	(2.296)	-
						-
Saldo em 30 de junho de 2022	73.772	14.755	405	2.296	-	91.228
Mutação do Período	-	-	(2.742)	(15.537)	-	(18.279)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	73.772	14.755	689	3.907	-	93.123
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(3.156)	(3.156)
Destinação aprovada em AGO de 29 de abril de 2022	-	-	3.907	(3.907)	-	-
						-
Saldo em 30 de junho de 2023	73.772	14.755	4.596	-	(3.156)	89.967
Mutação do Período	-	-	3.907	(3.907)	(3.156)	(3.156)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações Financeiras.

Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(Prejuízo)/Lucro Líquido	(3.156)	3.602
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Corrente	1	14.247
Diferido	(2.533)	(11.716)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(5.688)	6.133
Depreciações e Amortizações	406	209
Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	55.047	43.654
Provisão para Contingências	178	(127)
Lucro Líquido Ajustado	49.943	49.869
Variação de Ativos e Obrigações	(48.544)	(55.301)
Aumento (redução) em Títulos e Valores Mobiliários	-	(75.000)
Redução (aumento) em Operações de Crédito	(14.808)	(114.130)
Redução (aumento) em Outros Créditos	2.718	(5.704)
Aumento (redução) em Depósitos	(52.404)	12.415
Aumento (redução) em Depósitos a Prazo	48.458	(104.785)
Aumento (redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(1.509)	(2.147)
Aumento (redução) em Debêntures	(23.613)	267.725
Aumento (redução) em Outros Passivos	(6.103)	(13.720)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.283)	(19.955)
Caixa Líquido Proveniente/(utilizado) nas Atividades Operacionais	1.399	(5.432)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(446)	(1.203)
Aquisição de Intangível	(127)	(66)
Caixa Líquido utilizado nas Atividades de Investimentos	(573)	(1.270)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos Pagos	-	(27.973)
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Financiamentos	-	(27.973)
Aumento/ (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	826	(34.675)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	9.010	39.798
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	9.836	5.123
Aumento/ (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	826	(34.675)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Crediare” ou “Instituição”), instituição financeira privada nacional tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a utilização de recursos próprios e de terceiros, com sede no Brasil, domiciliada na Avenida Veneza, 1033, na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul. Atua no mercado financeiro voltada basicamente ao crédito direto ao consumidor das vendas parceladas das Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e com empréstimos a pessoas físicas, com utilização de recursos próprios e de terceiros. Sua composição acionária é constituída pela Josema Administração e Participações S.A. que possui controle total da Instituição.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e a Resolução BCB nº 2 de 02 de agosto de 2020 para a contabilização das operações, associadas as alterações advindas das Resoluções nº 4.818/20 e 4.910/21 do Conselho Monetário Nacional. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial estão apresentados comparativamente com o exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior para as quais foram apresentadas. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros aspectos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas calculadas pela Administração, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas contabilizadas.

As demonstrações financeiras da Crediare foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de agosto de 2023.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Crediare, exceto se indicado de outra forma.

3.2 Apuração do resultado

As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, quando aplicável, aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4 Títulos e valores mobiliários

Conforme determinação da Circular BCB nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, são classificados conforme o descrito abaixo:

I. Títulos para negociação:

Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

II. Títulos mantidos até o vencimento:

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

III. Títulos disponíveis para venda:

Na categoria títulos disponíveis para venda, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias I e II.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

3.5 Operações de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da

Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente	% de provisão
até 14 dias	A	0,5
de 15 a 30 dias	B	1
de 31 a 60 dias	C	3
de 61 a 90 dias	D	10
de 91 a 120 dias	E	30
de 121 a 150 dias	F	50
de 151 a 180 dias	G	70
superior a 180 dias	H	100

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações de crédito consignado, possuem uma classificação de risco isolada para as operações enquanto adimplentes, sendo classificadas como nível "A". Na ocorrência da inadimplência da operação, ocorre a reclassificação da operação para o pior nível de classificação do cliente.

A Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito foi constituída de acordo com os critérios de classificação das operações de crédito com base na Resolução nº 2.682/99 do CMN. No julgamento da Administração, o montante constituído é suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos.

As operações de crédito incluem também operações com cartões de crédito consideradas como "outros créditos - com característica de crédito". Os saldos dessas operações, cujos pagamentos foram efetuados pelo valor mínimo da fatura (Rotativo) ou que apresentam atraso no recebimento são reclassificados como operações de crédito propriamente ditas.

As transações de cartões a pagar estão representadas por valores a pagar aos estabelecimentos comerciais e à bandeira VISA, decorrentes de compras realizadas por clientes, através de cartões de crédito.

3.6 Imobilizado de uso

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso são registrados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas determinadas em função da vida útil econômica dos bens, estimada em 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos de uso e em 20% para o sistema de processamento de dados.

3.7 Intangível

O intangível é constituído pelos softwares utilizados na geração de fluxo de caixa da instituição, são registrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento e deduzidos pelo método linear de amortização durante a vida útil estimada a 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para o uso.

3.8 Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (Impairment)

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação deles.

3.9 Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Ativos Fiscais Diferidos”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas, quando aplicável, a ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, serão registrados na rubrica “Obrigações fiscais diferidas”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% sobre a base de lucro tributável.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas

na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

3.10 Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais

Depósitos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia, quando aplicável.

Recursos de aceites cambiais estão demonstrados pelos valores exigíveis, atualizados pelos encargos, em base *pro rata* dia.

3.11 Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e a provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

3.12 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis à Instituição, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas, quando aplicável.

Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias: são constituídos levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável a Instituição provisiona a integralidade do processo.

3.13 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: determinação de prazo para realização dos créditos tributários, constituição de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos e provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

3.14 Resultado Recorrente e/ou Não Recorrente

As políticas internas da Crediare consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados as Sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração da Instituição considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 2 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o prejuízo líquido no semestre findo em 30.06.2023 no montante de R\$ (3.156) mil e o lucro líquido no semestre findo em 30.06.2022, no montante de R\$ 3.602 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e Equivalentes a Caixa

As operações de caixa e equivalente de caixa, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estão assim representadas:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades	2.936	6.009
Depósitos Bancários	1.939	4.598
Depósitos em Moeda Estrangeira	142	154
Reservas Livres Banco Central STR	855	1257
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.900	3.001
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros (*)	6.900	3.001
Total Circulante	<u>9.836</u>	<u>9.010</u>

(*) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco mínimo de mudança de valor, com remuneração média de 100% do CDI.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários registrados na data-base de 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão a valor de custo (equivalente ao valor de mercado) e referem-se a cota subordinada de uma operação de debênture financeira, mantidas até o vencimento, sem remuneração, com vencimento previsto até 15 de abril de 2030.

Títulos mantidos até o vencimento	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
-----------------------------------	-------------------	-------------------

Cotas Subordinadas

75.000

75.000

6 Operações de Crédito e Outros Créditos com Característica de Crédito

Apresentamos as informações relativas às operações de crédito, que incluem outros créditos com características de concessão de crédito:

a. Composição por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco

Operações em Curso Normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2023	31/12/2022
Parcelas Vincendas	-	695.625	9.116	4.132	2.688	1.659	1.078	723	1.237	716.258	768.910
01 a 30 dias	-	55.172	1.326	542	307	193	124	86	171	57.921	61.266
31 a 60 dias	-	49.148	1.117	482	309	195	121	85	148	51.605	57.936
61 a 90 dias	-	44.484	985	437	282	172	107	74	125	46.666	51.050
91 a 180 dias	-	108.227	2.260	1.016	667	415	259	170	280	113.294	125.414
181 a 360 dias	-	136.657	2.348	1.088	727	457	289	190	304	142.060	157.339
Acima de 360 dias	-	301.937	1.080	567	396	227	178	118	209	304.712	315.905
										-	
Parcelas Vencidas até 14 dias	-	685	60	31	21	11	8	5	6	827	749
										-	
Sub Total	-	696.310	9.176	4.163	2.709	1.670	1.086	728	1.243	717.085	769.660
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	32.774	15.291	10.887	7.662	7.656	6.249	19.386	99.905	86.471
01 a 30 dias	-	-	3.529	1.614	1.204	899	843	702	2.217	11.008	10.597
31 a 60 dias	-	-	3.188	1.443	1.080	802	756	626	1.937	9.832	9.654
61 a 90 dias	-	-	2.838	1.297	960	715	680	563	1.683	8.736	8.265
91 a 180 dias	-	-	6.693	3.111	2.295	1.688	1.618	1.320	3.783	20.508	18.653
181 a 360 dias	-	-	7.698	3.662	2.698	1.882	1.836	1.474	4.035	23.285	19.069
Acima de 360 dias	-	-	8.828	4.164	2.650	1.676	1.923	1.564	5.731	26.536	20.233
Parcelas Vencidas	-	-	4.299	3.731	4.492	4.604	5.558	5.734	36.984	65.402	70.412
01 a 14 dias	-	-	-	147	110	79	76	69	219	700	616
15 a 30 dias	-	-	4.299	1.617	1.210	903	852	700	2.282	11.863	11.334
31 a 60 dias	-	-	-	1.967	1.345	1.017	989	821	2.777	8.916	8.622
61 a 90 dias	-	-	-	-	1.827	1.074	1.049	877	3.080	7.907	7.460
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	1.531	2.592	3.267	11.318	18.708	19.450
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	17.305	17.305	22.929
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	1
Sub Total	-	-	37.073	19.022	15.379	12.266	13.214	11.983	56.370	165.307	156.883
Total em 31/12/2022	-	696.310	46.249	23.185	18.088	13.936	14.300	12.711	57.613	882.392	
Total em 31/12/2021	-	750.571	39.838	21.312	15.483	12.889	10.743	10.270	65.437		926.543

b. Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco

	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos	415.849	6.455	3.290	3.336	2.709	2.983	2.894	17.029	454.545	478.609
Financiamentos	246.789	38.964	19.632	14.627	11.139	11.264	9.781	40.449	392.645	410.529
Total Operações com Crédito	662.638	45.419	22.922	17.963	13.848	14.247	12.675	57.478	847.190	889.138
Cartões de Crédito - Outros Créditos	33.672	830	263	125	88	53	36	135	35.202	37.405
Total Operações com										
Característica de Crédito	33.672	830	263	125	88	53	36	135	35.202	37.405
Total de Operações	696.310	46.249	23.185	18.088	13.936	14.300	12.711	57.613	882.392	926.543

c. Concentração das operações de crédito e outros créditos

	<u>30/06/2023</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>%</u>
Maior devedor	100	0,0%	103	0,0%
Dez maiores devedores	910	0,1%	888	0,1%
Vinte maiores devedores	1.512	0,2%	1.524	0,2%
Cinquenta maiores devedores	3.187	0,4%	3.214	0,3%
Cem maiores devedores	5.393	0,6%	5.430	0,6%
Demais devedores	871.290	98,7%	915.384	98,8%
Total	<u>882.392</u>		<u>926.543</u>	

d. Setor de atividade econômica

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Privado		
Pessoas Físicas	882.392	926.543
Total das operações de crédito	<u>882.392</u>	<u>926.543</u>

e. Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o risco da carteira estava assim distribuído:

		<u>30/06/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
<u>Nível de risco</u>	<u>Provisão Mínima Requerida</u>	<u>Carteira</u>	<u>Provisão</u>	<u>Carteira</u>	<u>Provisão</u>
A	0,5%	696.309	(3.478)	750.571	(3.749)
B	1%	46.249	(462)	39.838	(398)
C	3%	23.185	(695)	21.312	(639)
D	10%	18.088	(1.809)	15.483	(1.548)
E	30%	13.936	(4.180)	12.889	(3.867)
F	50%	14.301	(7.151)	10.743	(5.372)
G	70%	12.711	(8.898)	10.270	(7.189)
H	100%	57.613	(57.613)	65.437	(65.437)
Total		<u>882.392</u>	<u>(84.286)</u>	<u>926.543</u>	<u>(88.202)</u>

A movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito do período foi como segue:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Saldo inicial	(88.199)	(64.135)
Constituição de provisão líquida de reversões	(55.048)	(43.654)
Baixas como perda	58.960	33.546
Saldo final	<u>(84.286)</u>	<u>(74.243)</u>

f. Créditos Recuperados e Renegociados

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023, os créditos recuperados totalizaram R\$ 2.559 (R\$ 2.281 no semestre findo em 30 de junho de 2022), e os créditos renegociados totalizaram R\$ 15.986 (R\$ 7.851 no semestre findo em 30 de junho de 2022).

7 Ativos Fiscais Diferidos

A Crediare adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

	<u>30/06/2023</u>			<u>31/12/2022</u>
Itens base do diferimento	Imposto de renda	Contribuição Social	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.061	15.649	41.710	39.227
Contingências	2.578	1.547	4.125	4.053
Outros	-	-	-	22
Total	<u>28.639</u>	<u>17.196</u>	<u>45.835</u>	<u>43.302</u>
Circulante	23.370	14.033	37.403	30.149
Não Circulante	<u>5.269</u>	<u>3.163</u>	<u>8.432</u>	<u>13.153</u>

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do lucro tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados. Como o crédito refere-se à diferenças temporárias de tributos e sua realização depende substancialmente da dedutibilidade das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito do período, os prazos de compensação não podem ser precisamente projetados, não obstante a isso, a expectativa da Administração constante de seus estudos econômicos está prevista conforme o quadro abaixo:

Distribuição	Base	Créditos Tributários em 30/06/2023			31/12/2022
Provisão Para Perdas					
Esperadas	98.121	CSLL	IRPJ	Total	Total
Associadas ao Risco de Crédito					
Até 1 ano	93.556	14.033	23.370	37.403	35.948
De 1 a 3 anos	8.633	1.295	2.156	3.451	2.537
Acima de 3 anos	2.141	321	535	856	742
Contingências	10.317				
De 1 a 3 anos	8.968	1.345	2.241	3.586	3.514
Acima de 3 anos	1.349	202	337	539	539
Provisões diversas	-				
Até 1 ano	-	-	-	-	22
Total	114.647	17.196	28.639	45.835	43.302

O valor presente do crédito tributário, em 30 de junho de 2023, calculado com base no DI acumulado de 2023, acrescidos os custos de captação de 13,75% a.a. referente a 30/06/2023, e pelos prazos acima descritos é de R\$ 37.408 (R\$ 36.670 em 31 de dezembro de 2022).

Movimentação dos Períodos	30/06/2023	30/06/2022
Saldo inicial	43.302	33.468
Constituição - provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.381	17.461
Reversão - créditos baixados para prejuízo dedutíveis	(19.897)	(5.677)
Outros	49	(69)
Saldo final	45.835	45.183
Circulante	37.403	37.665
Não Circulante	8.432	7.518

8 Outros créditos

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (a)	1.622	386
Operações de garantia estendida	112	64
Cobranças a receber (b)	1.050	620
Comissão seguro a receber (c)	390	1.963
Outros Valores e Bens (d)	13.903	15.773
Depósitos Judiciais a Receber	1.224	1.460
Outras cobranças a receber	1.566	1.055
Total	<u>19.866</u>	<u>21.321</u>
Circulante	<u>18.642</u>	<u>20.097</u>
Não Circulante	<u>1.224</u>	<u>1.224</u>

a. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Referem-se aos valores de antecipação de imposto de renda e contribuição social e impostos a recuperar.

b. Cobranças a receber

Referem-se à liquidações de operações de crédito por clientes nas Lojas Colombo S.A. a serem processadas em até dois dias.

c. Comissão seguro a receber

Refere-se à valores de comissões de seguro a receber referente aos contratos de operações de crédito realizados por clientes nas Lojas Colombo S.A.

d. Outros valores e bens

Refere-se principalmente a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Estoque Cartão	231	277
Veículos/Motos Retomados (*)	3.610	1.658
Despesas Antecipadas	10.061	13.838
Saldo final	<u>13.903</u>	<u>15.773</u>

(*) São os ativos não financeiros mantidos para a venda que são bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução.

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Saldo Inicial	1.658	228
Retomada de Bens	2.724	536
Baixa por Venda	(772)	(9)
Total	<u>3.610</u>	<u>755</u>

9 Imobilizado e Intangível

	Taxa anual	Custo	Depreciação e Amortização	Custo líquido de depreciação/amortização	
				<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imobilizado em Curso					
Outros (*)		1.209	-	1.209	763
Imobilizado de uso:					
Móveis e Utensílios	10%	943	(777)	166	191
Equipamentos de Comunicação	10%	135	(114)	21	23
Hardware	20%	2.116	(860)	1.256	1.418
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros		172	(103)	69	86
Intangível:					
Sistema de Processamento de Dados	20%	8.436	(7.030)	1.407	1.480
Total		<u>13.012</u>	<u>(8.884)</u>	<u>4.127</u>	<u>3.961</u>

	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Comunicação	Hardware	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	Sistema de Processamento de Dados	Imobilizado em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>191</u>	<u>23</u>	<u>1.418</u>	<u>86</u>	<u>1.480</u>	<u>763</u>	<u>3.961</u>
Aquisição	-	-	-	-	127	653	780
Baixa	-	-	-	-	-	(207)	(207)
Depreciação	(25)	(3)	(162)	(17)	(200)	-	(407)

Saldo em 30 de junho de 2023	166	20	1.256	69	1.407	1.209	4.127
---------------------------------	-----	----	-------	----	-------	-------	-------

(*) Outros – Refere-se ao desenvolvimentos de sistemas tecnológicos, software, classificados em imobilizados em andamento, cujo diferimento e classificação dependem da finalização dos projetos em desenvolvimento e início de sua operação na instituição.

10 Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

a. Composição da carteira por modalidade e contraparte

	30/06/2023	31/12/2022
Depósitos Interfinanceiros (a)	51.764	104.168
Não Ligadas	51.764	104.168
Recursos de Aceites Cambiais (b)	1.349	2.858
Não Ligadas	1.349	2.858
Depósitos a Prazo (c)	495.583	447.125
Ligadas	24.168	28.108
Não Ligadas	471.415	419.017

- a. Referem-se ao depósito pós-fixados captado com terceiros com prazo de até 1 ano, remunerados a taxa média de CDI + 2,39% (CDI + 2,35% em 31 de dezembro de 2022).
- b. São letras de câmbio, vinculadas às variações diárias do DI, com taxas pós-fixadas, com remuneração entre 109% a 135% do CDI (105% a 137% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- c. Depósitos a prazo, vinculados às variações diárias do DI, nas modalidades de taxa prefixada, com remuneração média de 13,58% a.a., (13,20% a.a em 31 de dezembro de 2022) e prazo de 6 meses a 3 anos, e taxa pós-fixada, com remuneração média de 115,18% do CDI (115,30% do CDI em 31 de dezembro de 2022) e prazo médio de 2 anos.

b. Composição da carteira por faixas de vencimento

30/06/2023	31/12/2022
------------	------------

Depósitos Interfinanceiros	51.764	104.168
Até 1 ano	51.764	104.168
Recursos de Aceites Cambiais	1.349	2.858
Até 1 ano	1.348	2.853
Acima de 1 ano	1	5
Depósitos a Prazo	495.583	447.125
Até 1 ano	354.489	438.356
Acima de 1 ano	141.094	8.769

11 Outros Passivos Financeiros

Correspondem às obrigações com os estabelecimentos comerciais e a bandeira VISA decorrentes de compras realizadas por clientes, através de cartões de crédito (Nota 3.5).

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Transações de cartões a pagar	34.524	36.805
Total	<u>34.524</u>	<u>36.805</u>

12 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

a. Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b. Provisões, passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias.

A Crediare é parte em processos judiciais, de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade

e o posicionamento dos tribunais, e sempre que a perda for avaliada como provável a Instituição provisiona a integralidade do processo.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões de contingências são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação da CVM nº 594/09, sendo:

Passivos Contingentes: o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

A Administração da Crediare entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

(i) Processos cíveis

Constituem-se, principalmente, em reclamações de clientes que pleiteiam indenizações por dano moral e patrimonial. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional.

(ii) Processos trabalhistas

Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, comissões e horas extras.

(iii) Processos fiscais

Consistem em processos diretamente relacionados a créditos tributários referente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

(iv) Composição da provisão para demandas judiciais

Contingências Passivas	30/06/2023	31/12/2022
Cíveis	4.130	4.010
Trabalhistas	4.838	4.781
Outros (a)	1.349	1.348
Total	10.317	10.139

	<u>30/06/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	Número de processos	Provisão	Número de processos	Provisão
Processos cíveis	992	4.130	786	4.010
Prováveis	837	4.130	663	4.010
Possíveis	155	-	123	-
Processos trabalhistas	37	4.838	28	4.781
Prováveis	26	4.838	28	4.781
Possíveis	11	-	17	-

(v) Movimentação das provisões constituídas

	<u>30/06/2023</u>		<u>31/12/2022</u>
	Cível	Trabalhista	Total
Saldo inicial	4.010	4.781	10.139
Constituições	787	747	1.535
Pagamentos e reversões	(667)	(690)	(1.357)
Saldo final	<u>4.130</u>	<u>4.838</u>	<u>10.317</u>

(vi) Contingências classificadas como risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação. Em 30 de junho de 2023, os processos classificados como de perda possível, totalizam 166 processos, com perda possível estimada em R\$ 515 mil.

a) Passivos contingentes – Passivo Tributário

Os valores envolvidos em discussões administrativas com risco estimado de perda possível, não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostos por Ações Fiscais, cujo risco atual estimado destas ações fiscais na Instituição é de R\$ 56.375 (R\$ 54.431 em 31.12.2022) e estão descritos a seguir:

- Glosas de Prejuízos – IRPJ e CSLL 2013 – Discussão em esfera administrativa de operações de crédito, baixadas com prejuízo fiscal, utilizadas para dedutibilidade

na apuração do LALUR e da LACS no montante de R\$ 26.039 (R\$ 25.162 em 31.12.2022);

- Glosas de Prejuízos – IRPJ e CSLL 2014 a 2016 – Discussão em esfera administrativa de operações de crédito, baixadas com prejuízo fiscal, utilizadas para dedutibilidade na apuração do LALUR e da LACS no montante de R\$ 30.336 (R\$ 29.269 em 31.12.2022).

Em 30 de junho de 2023, estão registrados contabilmente o montante de R\$ 1.348 (2022 – R\$ 1.348), atrelados ao processo mencionado acima, referente aos gastos estimados com custas processuais. O Departamento Jurídico classifica o êxito do processo como possível com relação ao principal, multa de ofício e juros de mora, contudo mantemos provisionado o dispêndio mínimo no caso de êxito no processo.

13 Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão

Em abril de 2022, a Instituição realizou a cessão de direitos creditórios para securitização e emissão de uma debênture financeira, lastreada em direitos creditórios de recebíveis do consignado INSS no valor total de R\$ 300.000.

Cessão de Direitos Creditórios	30/06/2023	31/12/2022
Créditos Vinculados a Cessão	456.222	392.498
Empréstimos Lastreados (a)	411.241	363.214
Despesas e Juros Remuneratórios (b)	44.981	29.284
Amortizações	(199.488)	(112.151)
Liquidações Antecipadas (c)	(60.137)	(35.804)
Liquidações Financeiras (c)	(137.121)	(75.488)
Outras	(2.230)	(859)
Saldo em 31/12/2022	256.734	280.347

- a) Valor referente ao total de operações, com os direitos creditórios cedidos para o lastro da debênture financeira;
- b) Despesas de juros remuneratórios da operação, conforme cláusula remuneratória de CDI + 1,95% a.a. e demais despesas de manutenção da operação; e
- c) Liquidações das operações lastreadas, repassadas para a Securitizadora.

14 Outros Passivos

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a pagar Lojas Colombo S.A. (a)	3.595	6.654
Repasse de financiamentos (b)	879	36
Repasse de prêmios de seguro prestamista (c)	782	997
Sociais e Estatutárias	1.532	1.532
Provisão de Credores diversos	2.251	2.392
Obrigações diversas (d)	2.367	3.485
Total	<u>11.407</u>	<u>15.096</u>

a. Contas a pagar Lojas Colombo S.A.

Referem-se ao rateio de despesas corporativas, na captação de novas operações de crédito (Nota 23).

b. Repasse de financiamentos

Referem-se aos valores das operações de crédito a liberar para Lojas Colombo S.A. a serem processadas em até 2 dias (Nota 23).

c. Repasse de prêmios de seguro prestamista

Referem-se aos valores de prêmios de seguros prestamista sobre operações de crédito arrecadadas dos clientes, repassados à Ezze Seguros S/A. A contratação de seguros pelos clientes com a Ezze Seguros S/A. é opcional e formalizada por meio de proposta distinta do contrato de operação de crédito.

d. Obrigações diversas

Referem-se principalmente as diversas despesas como impostos a recolher, valores a devolver para clientes, provisões sobre despesas com pessoal.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Impostos a Recolher	192	387
Valores a Devolver a Clientes (SVR *)	160	145
Despesas com Pessoal	462	560
Financiamentos a Liberar	298	548
Credores Diversos	529	562
Valores a Regularizar	295	68
Garantias a Repassar/Reembolso	429	415
Seguro a Repassar/Reembolso	1	480
Saldo final	<u>2.367</u>	<u>3.485</u>

(*) O Sistema de Valores a Receber (SVR) é um serviço do Banco Central no qual você pode consultar se você, sua empresa ou pessoa falecida tem dinheiro esquecido em algum banco, consórcio ou outra instituição e, caso tenha, saber como solicitar o valor.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado no semestre findo em 30 de junho de 2023 é de R\$ 73.772, igual valor ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e está representado por 5.580.322 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

(i) *Reserva legal*

É constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício de 2018, o valor de reserva legal atingiu o montante de 20% do capital social, portanto, a partir dessa data não houve mais destinação do lucro líquido para a conta de reserva legal.

(ii) *Reserva estatutária*

Reserva para capital de giro, constituída com base em 15% do lucro líquido do exercício, após destinação de reserva legal e dividendos, cujo valor máximo não deverá exceder o valor do capital social, caso em que o excesso deverá ser capitalizado ou distribuído como dividendos, conforme decisão da Assembleia Geral ou deliberação dos acionistas.

(iii) *Outras reservas de lucros*

Reserva que segundo disposições contidas nos incisos 1 e 2 do art. 132 da Lei nº 6.404/76, deliberará sobre as demonstrações financeiras da Instituição e a destinação desses lucros acumulados e do resultado do exercício, para distribuição de dividendos, constituição de reservas estatutárias e/ou destinação para o aumento de capital.

c. Distribuição de dividendos

Às ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos, anualmente, de 25% do lucro ajustado, conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O dividendo mínimo obrigatório, calculado consoante à legislação societária e o estatuto social, é o seguinte:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
	Semestre	Semestre
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	(3.156)	3.602

Base de cálculo dos dividendos	-	3.602
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	901
Dividendos a distribuir	-	<u>901</u>

No primeiro semestre de 2023, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023, referente aos lucros acumulados de 2022, foi aprovado o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro do exercício de 2022 até o final do corrente exercício.

16 Imposto de renda e contribuição social

Apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro/prejuízo do semestre findo em 30 de junho de 2023 e 2022 respectivamente:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(5.688)	6.133
Adições	56.390	47.451
Doações	-	10
Despesas indedutíveis	263	221
Provisão de processos Cíveis e Trabalhistas	1.033	2.826
Provisão de remuneração adicional	-	46
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55.047	43.655
Outras provisões temporárias	47	693
Exclusões	(50.700)	(17.884)
Outras provisões temporárias	(102)	(739)
Reversão - provisão de processos Cíveis e Trabalhistas	(855)	(2.953)
Perdas no recebimento de créditos	(49.743)	(14.192)
Valor base para tributação	2	35.700
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 40%	(1)	(18.320)
Efeito de diferenças permanentes líquidas	-	2

Corrente	(1)	(18.318)
Diferido	2.533	6.224

17 Receita de operações de crédito

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Empréstimos e Títulos Descontados	70.897	63.136
Financiamentos	76.116	66.628
Subtotal	147.013	129.764
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.559	2.281
Subtotal	2.559	2.281
Total	149.572	132.045

18 Receita de prestação de serviços

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receita com comissões sobre seguro prestamista	3.212	7.167
Receita confecção de cadastro	4.245	8.614
Receita com comissões sobre serviços de cartão	3.055	3.510
Total	10.512	19.291

19 Despesas de captação no mercado

<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
-------------------	-------------------

Despesas Dep. Interfinanceiros	(5.776)	(3.450)
Despesas Depósito a Prazo	(30.058)	(31.462)
Despesas Aceites Cambiais	(281)	(470)
Despesas Contribuição F.G.C	(288)	(704)
Despesas de Câmbio	(18)	(30)
Deságio TVM e Instrum. Derivativos	(1.212)	(490)
Despesas Debêntures	(18.431)	(9.334)
Total	(56.063)	(45.940)

20 Despesas administrativas

Referem-se, principalmente, às despesas relacionadas com operações com correspondentes no país e a alocação de despesas com infraestrutura operacional, conforme apresentado na Nota 23.

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Despesas com análise de crédito	(29.596)	(33.022)
Despesas de comunicação	(627)	(411)
Despesas processamento de dados	(4.790)	(4.784)
Desp. de Serviços de Terceiros	(536)	(965)
Desp. de Serviços do Sistema Finan	(1.254)	(1.236)
Desp. de Serviços Tec. Especializados (**)	(851)	(910)
Desp. Provisão Contingências	(995)	(1.351)
Despesas SPC	(812)	(965)
Desp. Alienação de Veículos	(1.018)	(1.220)
Despesas de Depreciação e Amortização	(407)	(217)
Outras despesas administrativas (*)	(2.598)	(1.643)
Total	(43.484)	(46.724)

(*) Referem-se, principalmente, às despesas em geral, como publicidade, propaganda, filantropias e despesas bancárias.

(**) Faz parte da composição do valor, os honorários de auditoria apropriados para o 1º semestre de 2023, o montante total dos honorários contratados líquidos para 2023 foram de R\$ 240 mil.

21 Outras receitas operacionais

Referem-se, substancialmente, às rendas de reversões de provisões de contingências e outras provisões operacionais e reembolso de custas relacionadas a portabilidade de

operações de crédito.

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Reversão de Provisões Operacionais	850	1.656
Receitas de Portabilidade e Venda de Ativos Não Financeiros	579	288
Outras Receitas Operacionais	122	231
Total	<u>1.551</u>	<u>2.175</u>

22 Outras despesas operacionais

Referem-se, principalmente, às despesas com perdas resultantes de processos operacionais, como também as condenações/indenizações oriundas de processos judiciais dessa mesma natureza.

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Despesas com Fraudes e Processos Operacionais	196	695
Despesas Operacionais Cartão	1.093	1.160
Despesas Processo Trabalhistas	644	853
Prejuízo na Alienação de Ativos Não Financeiros	2.667	495
Total	<u>4.600</u>	<u>3.203</u>

23 Transações com partes relacionadas

Em 30 de junho de 2023 e 2022, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas são demonstrados a seguir:

	<u>Ativo/(Passivo)</u>		<u>Receita/(Despesa)</u>	
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas (I)				
Cobranças a receber (Nota 8)	1.050	620	-	-
Repasses de financiamento (Nota 14)	879	37	-	-
Contas a pagar - despesas adm. (Notas 14 e 20)	3.595	6.654	(29.596)	(30.022)
Colmagi Atacadista S/A				
Aluguéis	23	22	(136)	(141)
Depósitos a Prazo				
Pessoas Físicas - Acionistas (Nota 09)	23.718	27.402	(1.680)	(656)

Pessoas Jurídica - Acionistas (Nota 09)	756	706	(49)	(42)
Ativo Circulante	1.929	657		
Passivo Circulante	27.677	32.837		
Passivo Não Circulante	415	1.962		

(*) As despesas administrativas com Lojas Colombo S.A. referem-se, principalmente, às despesas de correspondente bancário, de natureza corporativa e de infraestrutura operacional, as quais são apuradas pelo valor de custo, de acordo com a efetiva utilização destes recursos pela Crediare.

No semestre findo em 30 de junho de 2023, os benefícios proporcionados pela Crediare na forma de honorários aos seus Administradores foi de R\$ 652 (R\$ 662 em 2022).

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

24 Impactos Resolução CMN nº 4.966

A Resolução CMN nº 4.966 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge e substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682/99 que trata sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A nova norma estabelece que os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados com base no modelo de negócios da instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários. A classificação das perdas será dividida em três estágios ou pela metodologia simplificada e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Para as instituições enquadradas no Segmento 4 (S4) ou no Segmento 5 (S5), conforme regulamentação vigente, devem utilizar a metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A Crediare atualmente está enquadrada no Segmento 4 (S4).

O Banco Central do Brasil ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Resolução nº 4.966 será aplicada de forma prospectiva em 1º de janeiro de 2025 e a Instituição já vem avaliando a aplicação da referida norma, porém ainda não é possível mensurar os seus efeitos.

Segue cronograma inicial para implementação da Resolução CMN nº 4.966 na Instituição:

Realizado:

Ano de 2022

- Análise e interpretação da Resolução, com uma visão macro dos principais impactos à Instituição, assim como contratação de assessoria especializada.

1º Semestre de 2023

- Revisado o plano de ação junto as equipe técnica especializada, especialmente junto a fornecedores de sistemas de geração das operações financeiras e backoffice, detalhamos os pontos de alteração do nível macro para os níveis analíticos, realizado a abertura dos detalhes das mudanças exigidas e compartilhado com os prestadores de tecnologias para avaliação das mudanças estruturais necessárias, bem como a realização do mapeamento dos novos critérios contábeis nos sistemas e discutido com os fornecedores de TI como os sistemas absorverão os novos procedimentos.

Pontos relevantes para 2025:

- Captura e geração das propostas de crédito de forma mais detalham, com informações mais agregadas para geração da taxa efetiva de juros;
- Adequação do cálculo das provisões para perdas esperadas de crédito, em conformidade com a Resolução BCB nº 309, espelhando os critérios fiscais estabelecidos na Lei 14.467/23 para dedutibilidade de perdas de crédito;
- Novo padrão estrutural das contas contábeis do Cosif;
- Apropriação *pro rata temporis*, até 90 dia de atraso sobre as operações de crédito;
- Ativação das receitas e despesas vinculadas as operações de crédito, para diferimento no prazo da operação ou no prazo médio da carteira.

A Realizar:

2º Semestre de 2023

- Detalhar a atual arquitetura dos sistemas da Instituição, em termos dos impactos da norma, avaliando infraestrutura necessária para transição, definir estratégia de transição nos sistemas e avaliar aquisição de possíveis soluções de fornecedores externos. Simulação dos impactos na Crediaré do modelo simplificado de Perdas Esperadas, a partir da divulgação pelo BCB, do modelo de cálculo a ser implementado nas instituições de Segmento S4 e apoio na implantação do modelo simplificado junto aos fornecedores de tecnologia, para análise do desenvolvimento necessário.

1º Semestre de 2024

- Continuidade nos desenvolvimentos de sistema necessários a adequação da norma e acompanhamento junto às equipes de tecnologia, no desenho de novas regras de negócio e metodologias de cálculos.

2º Semestre de 2024

- Validação dos sistemas e estruturação de uma base paralela para acompanhamento e mensuração dos impactos da resolução a partir de 1º de janeiro de 2025, execução dos testes em homologação e acompanhar resolução de possíveis problemas de implementação e validação dos dados, bem como a reestruturação no processo de documentação e adequação de políticas contábeis existentes e mapeamento dos impactos no negócio e definição de um plano de mitigação e acompanhamento do plano de mitigação e suporte as mudanças estruturais.

01 de janeiro de 2025

- Adoção inicial da nova norma, realizando a transição da base paralela para produção assistida.

25 Limite operacional (Acordo de Basileia)

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o Conglomerado Prudencial Crediaré composto pelas empresas Crediaré S.A. Crédito. Financiamento e Investimento, Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda e Josema Administração e Participações S.A. (Holding), encontra-se enquadrado nos limites mínimos de capital e patrimônio, compatível com o grau de risco de sua estrutura, de acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21 e alterações posteriores, que estabelecem a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), e legislação complementar do Banco Central do Brasil, conforme segue:

Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	2023	2022
Patrimônio de Referência - PR	140.796	144.272
PR Nível I	140.796	144.272
Capital Principal - CP	140.796	144.272
 Risco de Crédito - RWACPAD	 731.803	 762.800
Risco Operacional - RWAOPAD	191.644	154.753
Risco de Mercado - RWACAM	390	422
Ativos Ponderados por Risco - RWA	923.838	917.975
 PR mínimo requerido para o RWA	 73.907	 73.438
Capital de cobertura para o IRRBB	11.421	13.464
PR mínimo requerido para o RWA e IRRBB	85.328	86.902
 Margem sobre o Capital Principal requerido	 99.223	 102.963
Margem sobre o PR considerando o Capital para a cobertura do IRRBB e o ACP (a)	9.275	11.470
Margem sobre o Capital principal e ACP	20.697	24.935
 Índice de Basileia (b)	 15,24%	 15,71%

- a) A partir de janeiro de 2022 as instituições do segmento S4, no qual está enquadrado o Conglomerado Prudencial Crediaré, passaram a mensurar o risco de taxa de juros da carteira bancária, conforme metodologias e procedimentos previstos na Circular 3.876/18. Na apuração do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária - IRRBB é considerado os valores de Δ NII, que corresponde à diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, justificando portanto, a variação no valor do capital e da margem sobre o PR para cobertura do RBAN, cuja metodologia foi realizada até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação a nova metodologia de cálculo para o risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB.
- b) O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial Crediaré, que estabelece a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), apresentou decréscimo, se comparado ao semestre findo em 30 de junho de 2022, em razão, principalmente, do crescimento do RWA referente às exposições ao Risco de crédito (RWACpad) e ao Risco operacional (RWAOpad), o qual está em consonância com a expansão da carteira de clientes e portfólio do Conglomerado Prudencial. No entanto, ele encontra-se dentro dos

níveis mínimos requeridos e de acordo com o limite estabelecido na Declaração de Apetite a Riscos (RAS), garantindo a solidez e a disponibilidade de capital e liquidez para viabilizar o crescimento dos negócios e as estratégias planejadas.

26 Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Gerenciamento Contínuo de Capital

Em atendimento aos preceitos legais da Resolução nº 4.557, o Conglomerado Prudencial Crediaré, liderado pela Crediaré S.A. CFI, mantém estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Gerenciamento Contínuo de Capital, compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos, a qual é sustentada por políticas e estratégias claramente documentadas.

- a) Gerenciamento de capital: a Crediaré avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Crediaré é adequada à complexidade de suas operações.
- b) Risco de mercado: os instrumentos financeiros do Conglomerado Prudencial Crediaré são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Crediaré.
- c) Risco de crédito: o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado proprietário desenvolvido internamente. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.
- d) Risco de Liquidez: a Crediaré trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa.
- e) Risco Operacional: a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades do Conglomerado Prudencial Crediaré de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes.

A avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência (PR) é acompanhada constantemente por meio do índice de Basileia, projetado e realizado, da análise das

margens de capital em face dos limites, e dos impactos no capital resultantes dos testes de estresse e relatórios gerenciais mensais, buscando identificar os motivadores das oscilações e propondo adequações de capital, compatível com os resultados da avaliação interna de necessidade de capital e liquidez.

O Plano de Capital é consistente com o Planejamento Estratégico e abrange um horizonte mínimo de três anos, tendo por objetivo apresentar dados e ferramentas que confirmem que o Conglomerado Prudencial Crediaré possui estratégias e capital suficientes para cobertura dos riscos das atividades atuais e projetadas, em diferentes cenários econômicos.

A descrição das estratégias de gerenciamento de riscos e da atuação do Conselho de Administração e da Diretoria, de modo a permitir o claro entendimento da relação entre o apetite por riscos e as suas principais atividades e riscos relevantes, encontram-se no Relatório Pilar 3, disponível no sítio da instituição (<http://www.crediaré.com.br>), na seção Governança Corporativa, bem como no Portal de Dados Abertos do Banco Central do Brasil.

27 Componente Organizacional de Ouvidoria

A estrutura do componente organizacional de Ouvidoria da Crediaré é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, e atua como canal de comunicação, imparcial e independente, buscando soluções tempestivas e mediando os conflitos entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços. Integram o componente de Ouvidoria, um diretor responsável e um ouvidor devidamente certificado, cujos dados são mantidos atualizados no registro de informações do Banco Central do Brasil. As demandas de Ouvidoria, cujas naturezas são enquadradas como reclamações, denúncias, sugestões e elogios, estão devidamente registradas no sistema de controle específico, de forma que possam ser evidenciados os históricos de atendimentos e os dados de identificação dos clientes e usuários de produtos e serviços, com a documentação e as providências adotadas. Os canais de Ouvidoria estão amplamente divulgados nos meios de comunicação institucional, eletrônicos, contratuais e demais documentos que se destinem aos clientes e usuários. Semestralmente, é divulgado no sítio da instituição, as informações relativas às atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, inclusive os dados relativos à avaliação direta da qualidade do atendimento.

28 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem divulgados para o semestre findo em 30 de junho de 2023.